

Ata da Reunião Ordinária do CERMA/PR – 15/12/2016

1
2
3 No décimo quinto dia do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, às 8h30, no Mini Auditório Mario
4 Lobo, Térreo, do Palácio das Araucárias – Rua Jacy Loureiro de Campo s/n, nesta Capital, foi realizada a
5 Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná –
6 CERMA/PR. Fizeram-se presentes, no período da manhã, conforme convocação prévia:
7 **Governamentais: Lucimar Godoy (SESA), Maria Tereza Rosa (SEDS), Marcia Leona Dudeque**
8 **(SEED), Vladimir Luiz de Oliveira (SESP), Paulo Henrique Mariano (SETI), Regina Bergamaschi**
9 **Bley (SEJU) e Mariana Dallo (CCivil). Sociedade Civil: Márcia Terezinha Ponce (Cáritas**
10 **Arquidiocesana de Londrina), Padre Agler Cherizier (Pastoral Migratória Arquidiocese de Curitiba), Ozeil**
11 **Moura dos Santos (Centro de Integração Social, Cultural, Comercial e Turístico – Afro Brasileiro), Elizete**
12 **Sant’Anna de Oliveira (Serviço Pastoral do Migrante – SPM), Marcos Stier Calixto (Centro de Apoio ao**
13 **Estrangeiro no Brasil), Edésia de Souza Sato (Pastoral Migratória Arquidiocesana de Curitiba), Cesar**
14 **Rosário Fernandes (Conselho Regional de Psicologia de Paraná), Alairton Castro de Lara (Serviço**
15 **Pastoral dos Migrantes – SPM), Berthony Pieere (ASHBRA) e Orlei Salete Bertuol Acco (Movimento**
16 **dos Haitianos de Pato Branco – MHAPA). Colaboradores(as)/Convidados(as): Kelvin Yuquimitsu**
17 **Yamaguti (MPF/PRDC), Tatyana Friedrich (Universidade Federal do Paraná), Claudio Ambrózio**
18 **(Conferência dos Religiosos do Brasil), Emiliana Spricigo (MHAPA), Gabriela Teixeira (NUPSIM-CRP),**
19 **André Godinho (SEJU), Caio Fernandes (Universidade Federal do Paraná), Juliana L. S. Carniel**
20 **(CEIM/SEJU), Amanda Stingham (ADUS), Melissa Martins Casagrande (Universidade Federal do**
21 **Paraná), Geissa Franco (CASLA). No período da manhã, para reunião, os Conselheiros dividiram-se em**
22 **dois grupos: o primeiro composto por representantes da Sociedade Civil, e o segundo composto por**
23 **representantes Governamentais. Posteriormente, aconteceram as reuniões das Comissões, que**
24 **consistiram em análises de protocolos referentes à temática de cada comissão e deveriam resultar em**
25 **uma síntese dos assuntos tratados para posterior deliberação no plenário, no período da tarde. Fizeram-**
26 **se presentes, no período da tarde: Governamentais: Lucimar Godoy (SESA), Maria Tereza Rosa**
27 **(SEDS), Marcia Leona Dudeque (SEED), Vladimir Luiz de Oliveira (SESP), Paulo Henrique Mariano**
28 **(SETI), Regina Bergamaschi Bley (SEJU) e Mariana Dallo (CCivil). Sociedade Civil: Márcia Terezinha**
29 **Ponce (Cáritas Arquidiocesana de Londrina), Padre Agler Cherizier (Pastoral Migratória Arquidiocese de**
30 **Curitiba), Ozeil Moura dos Santos (Centro de Integração Social, Cultural, Comercial e Turístico – Afro**
31 **Brasileiro), Elizete Sant’Anna de Oliveira (Serviço Pastoral do Migrante – SPM), Marcos Stier Calixto**
32 **(Centro de Apoio ao Estrangeiro no Brasil), Edésia de Souza Sato (Pastoral Migratória Arquidiocesana**
33 **de Curitiba), Cesar Rosário Fernandes (Conselho Regional de Psicologia de Paraná), Alairton Castro**
34 **de Lara (Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM), Berthony Pieere (ASHBRA) e Orlei Salete Bertuol**
35 **Acco (Movimento dos Haitianos de Pato Branco – MHAPA). Colaboradores(as)/Convidados(as):**

36 **Kelvin Yuquimitsu Yamaguti** (MPF/PRDC), **Tatyana Friedrich** (Universidade Federal do Paraná),
37 **Claudio Ambrózio** (Conferência dos Religiosos do Brasil), **Emiliana Spricigo** (MHAPA), **Gabriela**
38 **Teixeira** (NUPSIM-CRP), **André Godinho** (SEJU), **Caio Fernandes** (Universidade Federal do Paraná),
39 **Juliana L. S. Carniel** (CEIM/SEJU), **Amanda Stingenhen** (ADUS), **Melissa Martins Casagrande**
40 (Universidade Federal do Paraná), **Geissa Franco** (CASLA). **Ausências justificadas: Katyani Ogura da**
41 **Silveira** (CCivil), **Sueli de Castro Gomes** (ARAS/Cáritas Maringá) e **José Roberto Lanza** (SEEC). **1.**
42 **Abertura:** cumprimentando os(as) presentes, a Conselheira Elizete Sant'Anna de Oliveira justificou a
43 ausência da Presidente, passando a presidir a reunião, em obediência ao Regimento Interno do
44 Conselho. **2. Aprovação da pauta:** O Conselheiro Paulo pediu a retirada do item 5.a da pauta pela
45 impossibilidade da realização da mesma, já que o responsável pela apresentação, que é o item 5.a, não
46 pode comparecer. **3. Aprovação da Ata:** A Ata foi aprovada com algumas correções.. **4. Informes:**
47 **Secretaria Executiva – Mesa Diretora – Conselheiros:** A Secretaria Executiva apresentou as
48 justificativa das faltas dos Conselheiros(as) Katyani Ogura da Silveira, por ser designada pelo Secretário
49 Chefe da Casa Civil, sendo convocada para a Reunião Ordinária da Comissão de Política Salarial – CPS
50 e, por ser convocada para a Reunião Ordinária do Conselho do Controle de Empresas Estaduais –
51 CCEE, ambas ocorrendo na mesma data e horário da reunião do CERMA, Sueli de Castro Gomes e sua
52 suplente devido à mudança de representação junto ao Conselho e José Roberto Lanza, por estar
53 ministrando um seminário enquanto sua suplente encontra-se em período de licença maternidade. O
54 Conselheiro Cesar destacou as ausências recorrentes da representação da Secretaria de Estado da
55 Cultura (SEEC), feita por José Roberto Lanza e sua suplente, sugerindo diálogo com a SEEC para uma
56 possível alteração na representação, salientando a importância da presença da mesma nas reuniões. A
57 Conselheira Elizete reforçou a sugestão do Conselheiro Cesar, trazendo dados sobre a frequência de
58 faltas da representação da SEEC, totalizaram 6 (seis) faltas em 10 (dez) reuniões realizadas. A
59 Conselheira acrescentou ainda que as faltas não estavam sendo computadas até a última reunião por
60 conta da recente aprovação do regimento interno do Conselho, mas que passariam a ser contadas a
61 partir desta reunião. A Conselheira Lucimar questionou a sustentabilidade das ações definidas nas
62 reuniões, exemplificando com uma demanda presente na linha 82 da ata da reunião anterior, à qual não
63 havia sido previamente informada. Em resposta, o Conselheiro Paulo elucidou que a linha 82 da ata
64 anterior diz respeito a um relato da comissão e, que foi estabelecido que os ofícios das funções seriam
65 elaborados junto às comissões e encaminhados à secretaria executiva para ter o devido andamento, mas
66 os ofícios não foram emitidos e caberia à comissão impulsionar essa emissão. Informou ainda que, no
67 que diz respeito à ata, a mesma não pode ser encaminhada com antecedência por conta do afastamento
68 temporário da Conselheira Márcia, responsável pelo encaminhamento. Acrescentou que já havia sido
69 deliberado que cada comissão deveria encaminhar à secretaria executiva os devidos documentos para

70 que possa ser dado encaminhamento às ações. O Conselheiro Cesar esclareceu que, ainda sobre a linha
71 82 da ata, o que devia ser apresentado nesta reunião era um cronograma destinado à apresentação dos
72 balanços, a qual é uma demanda da Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas. Noticiou que a
73 Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas produziu e aprovou uma metodologia para a
74 apresentação deste balanço. A Conselheira Márcia propôs o envio das atas tanto aos titulares quanto aos
75 suplentes do Conselho, por conta da frequente falta de informação. A Secretária Executiva, Marcia,
76 esclareceu que quaisquer encaminhamentos documentais (atas, pautas, informes, ofícios etc.) já são,
77 automaticamente, enviados a ambos Conselheiros, titulares e suplentes. A Conselheira Elizete expôs a
78 necessidade de manter o endereço de e-mail sempre atualizado junto ao Conselho. O Conselheiro Cesar
79 prestou menção honrosa à memória de Dom Frei Paulo Evaristo Arns, Arcebispo-Emérito da Arquidiocese
80 de São Paulo, que veio a falecer no dia 14/12/2016 (catorze de dezembro de dois mil e dezesseis), como
81 uma figura importante na luta pela justiça social e muito ativo nos movimentos de defesa dos direitos
82 humanos. **5. Apresentações; 5.a) Apresentação: Dra. Melissa Martins Casagrande – Apatridia:** a
83 convidada Dra. Melissa Martins Casagrande explicou o que é e como se dá a nacionalidade. Explicitou as
84 possíveis soluções para a apatridia, tal como apresentou explicações sobre legislação estatal em relação
85 à nacionalidade, processos de nacionalização de um apátrida e os direitos e deveres de tal. Indagada por
86 vários Conselheiros sobre questões em relação à apatridia, a Dra. Melissa elucidou tais questões,
87 apresentou uma bibliografia complementar e meios de contato. Agradecendo, encerrou a apresentação.
88 O convidado André ressaltou a importância do preparo para lidar com casos de apatridia no estado do
89 Paraná, descrevendo alguns casos em ocorrência e sendo apoiado pela Conselheira Elizete. A
90 Conselheira Elizete sugeriu a entrada do tema “apatridia” no Plano de Formação do CERMA, para melhor
91 qualidade de informação e atendimento do Conselho. **5.b) Apresentação: Caio da Silveira Fernandes:**
92 falou sobre a construção social e política do migrante, citando como pontos que definem essa construção
93 a formação do Estado Nacional, o migrante enquanto sujeito trabalhador, entre outros; discorreu sobre as
94 diversas políticas migratórias no Brasil; mostrou dados sobre a presença de migrantes no estado do
95 Paraná e no Brasil. Concluiu sua apresentação com questionamentos e reflexões sobre as políticas
96 públicas brasileiras para migrantes. Vários dos presentes fizeram questionamentos e observações a
97 respeito da apresentação e dos dados fornecidos por Caio. A Conselheira Elizete agradeceu a presença
98 e a fala de Caio, encerrando a apresentação. **6. Relato das Comissões. 6.1) Comissão de**
99 **Monitoramento de Políticas Públicas:** “1. Monitoramento do plano estadual: foi apresentada a proposta
100 confeccionada pelos Conselheiros Cesar e Maria Tereza a metodologia de apresentação das ações
101 desenvolvidas pelas Secretarias, de acordo com cada eixo temático do Plano Estadual de Políticas
102 Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná, entre o
103 período de 2014 a 2016. As orientações gerais para apresentação dos balanços consiste: a) Em
104 apresentação oral de aproximadamente 25 minutos, que sistematize um balanço sobre todas as ações



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC
Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

 13
 14
 15

105 previstas no eixo, pautando as metas e apontando, à partir dos indicadores previstos, quais foram os
 106 resultados. Na ausência de indicadores mais delimitados, solicitaremos apresentar novos indicadores que
 107 permitam avaliar se a ação foi sucedida positivamente ou não. À cada ação, apresentar sinteticamente
 108 quais foram os fatores que colaboraram ou dificultaram a execução da ação; b) em apresentação oral,
 109 apresentar ações que foram desenvolvidas e que por ventura não foram contempladas no Plano
 110 Estadual. c) apresentar um balanço por escrito, preenchido o modelo enviado à Secretaria Executiva, que
 111 apresente: c.1) breve histórico da relação que a Secretaria tem no atendimento de demandas de
 112 refugiados, migrantes e apátridas; c.2) descrição das ações realizadas e das não realizadas,
 113 relacionadas às metas e indicadores; os motivos pelos quais as ações não foram executadas; quais
 114 parcerias foram bem sucedidas e quais não foram, e os motivos; apresentar novos indicadores, no caso
 115 dos indicadores delimitados pelo Plano serem muito amplos ou insuficientes. O calendário de
 116 apresentação dos balanços, será: primeira reunião de 2017: SEJU (DET - DEDIHC) - Trabalho; Justiça,
 117 Cidadania e Direitos Humanos e SEDS – Secretaria de Estado de Família e Desenvolvimento Social;
 118 segunda reunião de 2017: SEED – Secretaria de Estado de Educação, SESA – Secretaria de Estado de
 119 Saúde e SESP – Secretaria Estadual de Segurança Pública. Após a apresentação, o conjunto dos
 120 Conselheiros da CMPP fez a aprovação do texto, consensualmente. 2. Plano de Formação: o
 121 Conselheiro Cesar Fernandes informa que recebeu apenas a contribuição da Conselheira Maria Tereza
 122 (SEDS) e que enviou para o conjunto dos Conselheiros, no dia 14 de dezembro, a proposta que redigiu
 123 para o Plano de Formação para Conselheiros do CERMA-PR, durante 2017. O Conselheiro Cesar
 124 procedeu a leitura da proposta: A construção do Plano de Formação para Conselheiros se dá à partir da
 125 necessidade de capacitação técnica das Conselheiras e Conselheiros do CERMA-PR, observada durante
 126 o transcorrer dos trabalhos em 2016. Os temas abordados na Formação giram em torno de dois eixos
 127 principais: 1. Refúgio, Migração e Apatridia e 2. Controle Social. Sobre o Eixo 1, Refúgio, Migração e
 128 Apatridia, nossa intenção é fornecer elementos que capacitem os Conselheiros: a) com uma
 129 compreensão introdutória dos direitos das pessoas refugiadas, migrantes e apátridas e do conceito de
 130 proteção internacional; b) sobre as especificidades técnicas da assistência e mecanismos de proteção de
 131 refugiados, migrantes e apátridas, sobre as legislações e protocolos vigentes que referem-se à este
 132 segmento, com foco na Nova Lei de Migração e nos procedimentos de tramitação de documentação; c)
 133 sobre as legislações e protocolos vigentes que referem-se à este segmento, com foco na Nova Lei de
 134 Migração e nos procedimentos de tramitação de documentação; d) acerca das instituições e
 135 organizações, do Estado (em todas as suas esferas) ou da rede socioassistencial privada, que prestam
 136 serviços e executam as políticas públicas, sobre a situação de migração, refúgio e apatridia no estado do
 137 Paraná, à luz das contribuições dos Observatórios; e) sobre a situação de migração, refúgio e apatridia
 138 no estado do Paraná, à luz das contribuições dos Observatórios; f) das situações geopolíticas e

139 econômicas que desencadeiam os fluxos migratórios, solicitações de refúgio e a apatridia, sobre os
140 motivos pelos quais as pessoas deixam seus lares e as condições extremas que estas pessoas
141 enfrentam. Declarou que o objetivo é permitir que os Conselheiros atualizem seus conhecimentos nos
142 eixos, além de contribuírem para um processo formativo coletivo e em rede, compartilhando experiências
143 do cotidiano de assistência a este segmento. Há também a intenção de permitir que os Conselheiros
144 possam compreender a situação de migração específica de outras nacionalidades, além dos que
145 representam ou a quem atendem especificamente. No Eixo 2. Controle Social, nosso objetivo é fornecer
146 subsídios sobre: a) o que são políticas públicas e quais as possibilidades de atuação, por parte da
147 sociedade civil, na mediação dos direitos sociais dos cidadãos; b) o funcionamento do controle social e
148 participação social de forma geral, sua história, diferentes métodos de organização, potencialidades e
149 desafios, efetividade, os atores do controle social e suas responsabilidades, etc; c) o resgate histórico
150 dos fóruns que antecederam a construção do CERMA, bem como o processo de fundação do CERMA; d)
151 o resgate histórico dos processos conferenciais (municipais, estaduais e nacional) neste segmento; e) os
152 papéis específicos do poder público (em suas diferentes esferas) e da sociedade civil na garantia dos
153 direitos de pessoas refugiadas, migrantes e apátridas; f) as possibilidades de uso e construção de
154 instrumentos criados pela sociedade civil para potencializar as ações de fiscalização e controle do
155 governo, no que refere-se às políticas públicas; g) a construção de um novo Plano Estadual, com
156 subsídios sobre as diferenças entre os marcadores (ações, metas, indicadores, parceiros, etc). O
157 Conselheiro ainda discorreu sobre a metodologia dizendo que a metodologia proposta consiste na
158 realização de pequenas palestras e estudos de caso à cada reunião ordinária do CERMA-PR, como
159 ponto de pauta no início ou final das reuniões. Quando houver necessidade, convocar Seminários ou
160 Simpósios abertos, com programação mais extensa. Para preleção sobre os temas, devem ser
161 convidados representantes da sociedade civil e do Governo do estado, com notório saber, do Paraná e
162 de outras regiões do país. Também há a possibilidade de convite à Universidade Federal do Paraná, para
163 que contribua com o processo formativo. Após a apresentação, o conjunto dos Conselheiros da
164 Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas (CMPP) fez a aprovação do texto, consensualmente.”
165 O Conselheiro Cesar adicionou que o texto está aberto a todo tipo de sugestões de modificação e que
166 ainda não há um cronograma definido para a realização do Plano de Formação. Na continuidade, o
167 Conselheiro questionou sobre o ofício à SESP-PR: de acordo com o encaminhamento da última reunião,
168 foi retomada a discussão sobre o ofício a ser encaminhado para a Secretaria Estadual de Segurança
169 Pública do Paraná, acerca da situação de pessoas refugiadas, migrantes e apátridas em situação de
170 encarceramento. Foi feita a breve leitura dos tópicos principais do ofício. Sugere-se que a Secretaria
171 Executiva do CERMA-PR faça as alterações de formato que julgar necessária e despache o Ofício o
172 quanto antes. O Conselheiro adicionou: sobre a Polícia Federal: foi solicitado que a Mesa Diretora realize
173 uma visita à Polícia Federal para reforçar o convite de participação da Polícia Federal nas reuniões e



174 atividades do CERMA-PR, dada a importância da representatividade desta instituição e a necessidade de
175 compartilharmos demandas dos Conselheiros à esta instituição. O Conselheiro Cesar discorreu ainda
176 sobre o CRAI: “foi discutido a necessidade de continuar o diálogo sobre a implantação do Centro de
177 Referência e Atenção aos Imigrantes, aprofundando a discussão sobre abrigamento institucional
178 temporário, à este segmento.” O Conselheiro Paulo esclareceu que, sobre a visita e o convite à Polícia
179 Federal, já há a presença desta demanda na pauta e, que apenas não foi possível realizá-la por conta de
180 falta de espaço na agenda. **6.2) Comissão de Gestão de Informação:** O Conselheiro Vladimir discorreu
181 sobre o relato da comissão, que está arquivado na secretaria executiva de Conselho, citando a
182 construção e organização de um banco de dados quantitativo para que possa ser feita a identificação dos
183 fluxos migratórios, tanto por parte da sociedade civil quanto pela parte governamental; obter informações
184 sobre a quantidade de instituições da sociedade civil que trabalham com estrangeiros de forma geral,
185 criando um cadastro para que tais instituições possam entrar para um banco de dados e, também
186 organizar duas formas de mapeamento de tais entidades: uma quantitativa – sobre a quantidade de
187 pessoas atendidas – e uma qualitativa – sobre a distribuição geográfica das instituições; entrar em
188 contato com a professora Claudia Balter da Universidade Estadual de Londrina (UEL), para solicitar
189 ajuda em relação à construção do banco de dados supracitado. **6.3) Comissão de Comunicação e**
190 **Eventos:** A Conselheira Elizete declarou que não houve quórum para a realização do relato desta
191 comissão. Sugeriu que, para os próximos encontros, os Conselheiros tenham em mãos a ata da reunião
192 anterior, a fim de evitar esquecimentos em relação aos encaminhamentos. O Conselheiro Paulo apontou
193 que os últimos dois relatos, de outubro e novembro, da Comissão de Comunicação e Eventos são
194 idênticos. A Conselheira Elizete pediu que a mesa diretiva acompanhasse mais de perto a situação da
195 Comissão de Comunicação e Eventos, ressaltando que, no ano de 2017, uma das representações da
196 comissão será rearranjada. **6.4) Comissão de Direitos e Garantias:** O Conselheiro Marcos leu o relato
197 da comissão: 1. Solicitação de Esclarecimento sobre indeferimento de vistos para países de origem e
198 outros países, aos migrantes legalizados no país; 2. Providenciar uma listagem do órgãos afins que
199 trabalham com migração, com seus respectivos organogramas logísticos de ação para que sejam
200 identificadas todas as suas áreas de trabalho; 3. Identificar na área de habitação os regulamentos para
201 inscrição de refugiados na aquisição de financiamento de casa própria oferecido por COHAB, COHAPAR
202 e Caixa Econômica Federal e, 4. Viabilizar a centralização das informações pertinentes à migração e
203 refugiados para todos os Conselheiros. A Conselheira Márcia acrescentou ainda a questão do decreto
204 que transforma os vistos de estudantes estrangeiros em vistos temporários de trabalho. A Conselheira
205 Elizete sugeriu que a Comissão de Gestão da Informação agregasse a proposta da centralização das
206 informações pertinentes à migração e refugiados. A Conselheira Lucimar recomendou que todos os
207 membros do Conselho auxiliassem no repasse de informações à Conselheira Márcia, para que a mesma

208 possa elaborar o banco de dados com mais facilidade. O Conselheiro Paulo inteirou que qualquer
209 informação pode ser encaminhada ao e-mail do Conselho e, chamou a atenção para a responsabilidade
210 dos Conselheiros em suas atribuições. O Conselheiro Cesar informou sobre a existência de uma lista de
211 e-mail do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios – NIEM, que repassa informações diárias sobre
212 migração e sugeriu que os Conselheiros façam parte desta lista, como meio de informação.
213 Encaminhamentos: todo conselheiro que adquirir qualquer informação a respeito do tema do Conselho,
214 imigração, enviar ao e-mail do CERMA-PR para que a Secretaria Executiva Marcia possa repassá-lo aos
215 demais membros do Conselho. **7. Entrega de Certificados:** A Conselheira Elizete informou que foram
216 emitidos certificados para Mariana Duarte da Silva, Laurete Bernardin e para Maria Vitória Silveira e Silva,
217 com entrega sob responsabilidade da Secretaria Executiva dos Conselhos. A Conselheira propôs a
218 emissão de certificados ao Professor Caio Fernandes e à Professora Melissa Martins Casagrande e a
219 todos que, futuramente, vierem a auxiliar no processo de formação dos Conselheiros e Conselheiras. **8.**
220 **Encerramento:** O Conselheiro Agler informou sobre um grupo de imigrantes haitianos que necessitava
221 de certidão consular para expedição de documento permanente, mas que o prazo para emissão da
222 mesma foi prorrogado para 6 (seis) meses a contar da data de encerramento do antigo prazo
223 (novembro). Informou ainda que, neste tempo de 6 (seis) meses, esses migrantes precisarão apenas de
224 documento original de nascimento, traduzido por um tradutor juramentado. A Conselheira Elizete apontou
225 que isso acarretaria no aumento de custos para os imigrantes haitianos. André (técnico da SEJU) expôs
226 que a resolução contraria o Estatuto do Refugiado, o qual coloca que as dificuldades dos imigrantes têm
227 que ser levadas em conta neste processo. A Conselheira Márcia esclareceu que há documentos com
228 mais de 6 (seis) meses de atraso em sua emissão no Consulado Haitiano e que o processo descrito pelo
229 Conselheiro Agler agilizaria a emissão dos documentos permanentes, mas que o processo realmente
230 demanda de maior custo financeiro. Tatyane Friedrich informou que participou de uma reunião com o
231 representante do ACNUR Gabriel Godoy em conjunto com outras entidades convidadas e leu algumas
232 deliberações desta reunião: “a) encaminhar um documento em nome da Rede, de todas as cátedras e do
233 Conselho, com o apoio da ACNUR, solicitando que o CONARE elabore um plano nacional de integração
234 da política de refúgio, que contenha uma nova perspectiva que resulta em impacto federativo mais
235 equânime em relação a essa política; b) encaminhar ofício da rede, cátedras e Conselho ao poder
236 legislativo com apoio do ACNUR, solicitando audiência sobre a aprovação do projeto da nova Lei de
237 Migrações, para o Senado e Congresso, à necessidade da subsequente regulamentação desta lei,
238 especialmente ao que se refere nos itens de visto humanitário e apatridia; c) trabalhar no âmbito do
239 CERMA-PR na elaboração de uma nova versão do plano estadual de política.” Também explicitou que a
240 UFPR coloca-se à disposição para a) “contribuir para, em conjunto com a Rede e com o Conselho,
241 estabelecer uma base de dados e indicadores que auxiliem na elaboração da política pública no Estado
242 do Paraná” e, b) “elaborar uma minuta de protocolo de atendimento a ser debatido com a



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC
Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

29
30
31

243 superintendência da Polícia Federal do Paraná, para servir de referência para as atividades daquele
244 órgão, das entidades civis, órgãos públicos estaduais e universidades.” Enalteceu a importância do último
245 item e declarou que já há um esboço dessa minuta , mas que solicita auxílio do Conselho para melhor
246 elaboração da mesma. Tatyane ainda solicitou o apoio do CERMA-PR para auxiliar a UFPR junto ao MEC
247 por conta da liberação de orçamento para programas da universidade em prol do auxílio aos imigrantes,
248 tal como o apoio para a organização de um evento em Curitiba, que será realizado em conjunto com a
249 ACNUR, contando com a presença da representante da mesma no Brasil, Isabel Marquez, no ano de
250 2017. O evento tem a finalidade de discutir aspectos controversos da Lei Nº 9474, que completará 20
251 (vinte) anos de vigência. A Conselheira Regina Bley relatou a realização de duas reuniões com o
252 representante do ACNUR, Gabriel Godoy, informando que uma das reuniões foi realizada na Polícia
253 Federal, enaltecendo a importância deste órgão e, que a outra reunião foi executada na SESP-PR,
254 ressaltando também a relevância deste órgão no que diz respeito ao CERMA-PR. A Conselheira
255 comunicou também que a ALEP organizou uma CPI, a qual contou com a presença da Conselheira
256 Elizete enquanto Sociedade Civil, comunicando que no dia 14/12/2016 (catorze de dezembro de dois mil
257 e dezesseis), foi recebido o documento com o resultado das deliberações da CPI, que contém
258 recomendações a respeito do tema “refugiados, migrantes e apátridas”, afirmando que encaminhará o
259 documento a todos os Conselheiros, pedindo que isso entre na pauta da próxima reunião. A Conselheira
260 Márcia informou que estão sendo realizadas as matrículas das escolas da rede estadual de educação
261 básica e, pediu para que, quando solicitado, fosse informando aos migrantes que desejam ingressar no
262 Ensino de Jovens e Adultos, que se matriculassem até o dia 20/01/2017 (vinte de janeiro de dois mil e
263 dezessete), colocando-se à disposição para sanar dúvidas a respeito de para quais escolas os migrantes
264 devem ser encaminhados. A Conselheira Maria Tereza registrou a visita da ACNUR ao Centro de
265 Informações para Migrantes, Refugiados e Apátridas que ocorreu no dia 12/12/2016 (doze de dezembro
266 de dois mil e dezesseis) e, informou que no mês de janeiro entrará em seu período de férias, deixando
267 todos cientes de que antes deste período, encaminhará aos Conselheiros formas de entrarem em contato
268 com a SEDS. A Conselheira Elizete comprometeu-se a enviar para o CERMA-PR, assim que recebê-la, a
269 resolução sobre os estudantes internacionais que terão possibilidade de trabalho e, realçou a importância
270 dos relatos dos imigrantes no Conselho. A Conselheira ainda agradeceu a todos os integrantes do
271 Conselho, tal como todos os convidados. Sem mais assuntos a serem tratados, a reunião foi concluída. A
272 presente Ata foi lavrada pelo Núcleo de Assessoramento aos Conselhos – Departamento de Direitos
273 Humanos e Cidadania (DEDIHC) e, após sua leitura e aprovação, será anexada à cópia da lista de
274 presença assinada pelos integrantes presentes nessa reunião.

Palácio das Araucárias

Rua Jacy Loureiro de Campos s/n, Térreo – Centro Cívico

Fone: (41)3221-7243 / 3221-7249 - CEP 80530-915 - Curitiba/PR